

Atividade econômica dá sinais positivos no início de 2018

Por Ana Conceição

Depois de subirem de forma quase ininterrupta no segundo semestre do ano passado, os indicadores de confiança iniciaram 2018 na mesma toada. Nove índices de comércio, indústria, construção e consumidor divulgados por diferentes entidades subiram em relação a dezembro e a janeiro de 2017.

A maioria ainda aponta diminuição no pessimismo, mais que aumento do otimismo, já que estão abaixo dos 50 ou 100 pontos, níveis que separam esses dois "sentimentos", a depender da metodologia. E, em alguns deles, os subindicadores de expectativas caíram diante do quadro de grande incerteza política que caracteriza este ano eleitoral.

Sondagens divulgadas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), FecomercioSP e as confederações nacionais da Indústria (CNI) e do Comércio e Serviços (CNC) vieram positivas este mês, principalmente com a melhora das avaliações sobre a situação atual.

"Os números do fim do ano passado vieram em geral bons e os primeiros dados de 2018 reiteram a expectativa de aceleração da economia", afirma Rodrigo Nishida, economista da LCA, citando a prévia da confiança da Indústria, da FGV, e também o número de emplacamentos na primeira quinzena do mês.

No período, 7.855 veículos leves foram emplacados por dia útil, número cerca de 20% maior que no mesmo período do ano passado, segundo Nishida. É um aumento esperado por causa da base fraca de comparação, mas mostra a manutenção de bons números em janeiro.

A prévia da confiança da indústria, se realizada na sondagem final, que será divulgada nesta segunda-feira, mostrará em janeiro aumento pelo sétimo mês consecutivo.

Outro indicador de atividade, a expedição de papel ondulado aumentou 6,8% no quarto trimestre de 2017 sobre o mesmo período em 2016, segundo a Associação Brasileira do Papelão Ondulado (ABPO).

INFORME

No ano, o crescimento deve ser de 4,6% sobre 2016, contra uma expectativa inicial de alta de apenas 1%. Para 2018, a projeção é de um aumento de 3,5%. Até o primeiro semestre de 2017, o aumento da expedição estava concentrado no agronegócio. A partir do terceiro, houve um crescimento mais disseminado entre os diversos setores da economia, afirma a entidade.

No comércio, os estoques estão cada vez mais ajustados, o que abre espaço para mais encomendas à indústria. De acordo com a CNC, que reúne o setor no país, de dezembro para janeiro caiu ligeiramente - de 27,9% para 27,5% - a parcela dos que veem estoques acima do esperado.

Essa taxa tem caído e converge, mês após mês, para a média histórica do indicador (24,8%). Já a FecomercioSP informou uma melhora no indicador de estoques de dezembro para janeiro, de 103 para 105,3 pontos (quanto mais alto melhor), após o bom desempenho das vendas de Natal.

A proporção de empresários que considera seu nível de estoques adequado alcançou 52,5%, ficando acima dos 50% pelo nono mês consecutivo, mas ainda abaixo da média histórica pré-crise, de 60%.

Na sondagem industrial da CNI, apenas oito dos 28 segmentos do setor de transformação - couro, calçados, têxteis, móveis, minerais não metálicos, máquinas e equipamentos, manutenção e celulose - estavam com os estoques acima do planejado em dezembro de 2017.

O processo de ajuste, iniciado em 2016, continuou e o ano terminou, na média, com os estoques sob controle, segundo a confederação. "Considerando-se as expectativas empresariais para os próximos seis meses, houve significativa melhora nos quesitos demanda, exportações e compras de insumos, cujos indicadores estão acima do nível neutro e superam o observado no mesmo período do ano anterior.

Tais resultados reforçam a nossa percepção de recuperação da economia brasileira, ainda que gradual, nos próximos meses", afirmou o Bradesco, a respeito da sondagem da CNI.

Diferentes segmentos industriais ainda não divulgaram o fechamento de 2017 e ainda estão fazendo as sondagens individuais de janeiro, mas as expectativas são positivas em boa parte deles.

No setor têxtil, as empresas estão com estoques adequados. Depois de uma queda na demanda em outubro e novembro, houve uma sinalização de retomada em dezembro, 2

INFORME

segundo Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit). "O ano vai ser positivo para produção e para o consumidor", afirma.

Na parte de bens de capital, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a tendência é de melhora em 2018, segundo José Veloso, presidente executivo da entidade. "Começamos o ano com otimismo", diz.

Depois de quatro anos de queda no consumo aparente de máquinas e equipamentos, as empresas terão que renovar seu parque industrial, o que em parte já está acontecendo. Depois de ver uma queda de faturamento de 3% em 2017, a expectativa é crescer de 5% a 8% neste ano.

Há setores, contudo, que não veem uma melhora significativa em 2018, ao menos por ora. Heitor Klein, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados), diz que 2017 foi um ano difícil e ainda não viu melhora. "Neste início de ano ainda não percebemos algo que indique recuperação notável", afirma.

A expectativa do executivo é de um primeiro semestre fraco. E a menos que o inverno deste ano seja mais vigoroso que o do ano passado, quando predominaram as temperaturas amenas, o quadro não deve mudar muito.

Segundo ele, a queda no desemprego e o ganho de renda por causa da queda da inflação não tiveram impacto muito relevante no setor que, segundo previsão preliminar, cresceu 2,3% em 2017.

"Neste ano, se empatarmos, vai ser bom", diz ele, explicando que tradicionalmente em anos de Copa do Mundo outras demandas substituem a compra de calçados na cesta do consumidor. Klein cita a eleição como um fator de incerteza sobre a demanda.

Para Viviane Seda, coordenadora da sondagem do consumidor da FGV, o cenário político pode ter algum impacto sobre o consumidor. "Teremos um ano de eleição com muitas dúvidas no campo político e este pode ser um fator de redução, mesmo que pequeno, nas expectativas", disse.

Rodolpho Tobler, coordenador da sondagem do comércio da mesma instituição, diz que o humor do empresário do setor pode se tornar mais volátil pelo mesmo motivo. O contexto geral, contudo, afirmou, deve continuar favorável ao setor.

(Colaborou Alessandra Saraiva, do Rio)

INFORME

Crescimento deve voltar a todos os ramos da indústria pela primeira vez desde 2011

Por Ana Conceição e Estevão Taiar

Este ano será o primeiro desde 2011 em que todos os quatro ramos do PIB da indústria vão crescer juntos. Nos últimos seis anos, pelo menos um deles - transformação, extrativa, construção civil e serviços industriais de utilidade pública (SIUP) - terminou em queda. Em 2017, nos 12 meses até o terceiro trimestre, embora a indústria extrativa e SIUP tenham ido bem, a indústria de transformação e, principalmente, a construção civil exibiam sinal negativo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Indústria no PIB

O que esperam os economistas - em %

Instituição	Extrativa	Transformação	SIUP	Construção	Total
Ibre-FGV	5,9	5,3	0,9	1,1	3,7
Itaú Unibanco	-	-	-	0,9	4,7
MAPFRE Investimentos	3,3	4,2	-	3,5	4,0
MCM Consultores	4,1	5,2	7,2	2,0	4,6
Pezco	1,2	6,0	3,2	1,8	5,6
Santander	3,6	4,4	3,3	2,7	3,8
TCP Latam	5,1	3,0	3,2	2,0	2,9
4E Consultoria	-	-	-	-	0,7
MUFG	-	-	-	-	2,3
GO Associados	-	-	-	-	3,6
Média	3,9	4,7	3,6	2,0	3,6

Fonte: Consultorias e Instituições financeiras

Estimativas colhidas pelo Valor Data mostram que o PIB industrial deve crescer 3,6%, após três anos de queda. A indústria de transformação subiria 4,7%, beneficiada pelo aumento da demanda doméstica e das exportações, embora as vendas externas devam ocorrer em menor magnitude do que em 2017. O setor extrativo deve crescer 3,9%, com o aumento da produção de petróleo e minério e, os serviços de utilidade pública, 3,6%, com a melhora da oferta de energia e do próprio aumento da atividade econômica. Por fim, a construção deve ter uma alta tímida de 2%, após quatro anos em queda.

Claudio Considera, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), diz que a atividade industrial "certamente" será melhor do que em 2017. O destaque será a transformação, com um "crescimento maior do que o do produto". Segundo ele, a liberação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) "detonou o gatilho" e, desde então, a retomada vem ganhando força. A baixa base de comparação tem dado sua parcela de contribuição para os números mais positivos. Os efeitos defasados da queda de juros serão mais sentidos pela indústria neste ano, beneficiando o crédito e os investimentos, acredita o economista da FGV. Bens de

4

INFORME

consumo duráveis, como o automobilístico e a linha branca, devem ir melhor. Considera vê um movimento positivo na modernização do parque produtivo. "As empresas recompondo as máquinas desgastadas e modernizando equipamentos" afirma. O principal risco à retomada industrial, segundo ele, é a evolução do quadro eleitoral.

Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), vê a definição do cenário político como fator decisivo para um desempenho mais consistente do setor. "A agenda econômica que sairá das eleições é fundamental para a formação de cenários no setor privado. Até que isso se defina, as empresas vão tomar decisões mais tímidas, que envolvam menos gastos", afirma o economista. Ele pondera que muito da melhora da indústria de transformação vista no ano passado se deveu a fatores excepcionais, como a liberação das contas inativas do FGTS e a super safra agrícola. Esta também beneficiou a política monetária ao derrubar os preços dos alimentos e a inflação. A queda dos juros decorrente disso ajudou as famílias a reduzir suas dívidas.

Outro elemento excepcional, segundo ele, foi o comércio exterior, que afetou algumas cadeias industriais por meio especialmente do segmento automotivo. "O desempenho da indústria automobilística foi fantástico. Houve demanda, mas isso também tem a ver com decisões de alocação de produção dentro da cadeia mundial das montadoras", diz Cagnin. Nas contas do Iedi, a indústria automotiva contribuiu sozinha por metade (1,2 ponto percentual) da alta de 2,3% da produção do setor industrial no ano.

O setor externo e safra devem continuar ajudando a indústria em 2018, mas em menor magnitude, diz. E a grande ociosidade ainda é uma pedra no caminho. "Se não melhorar, não dá para esperar uma reação mais forte do investimento", diz.

Na produção, entre as categorias econômicas, os melhores números devem ser vistos em bens de capital e duráveis, beneficiados pela queda de juros. Os bens intermediários - que respondem por 60% da atividade industrial - também são candidatos a um melhor desempenho. Semi e não duráveis vão depender da continuidade da recuperação do emprego e da renda.

Os outros dois ramos da indústria no PIB devem ter desempenho positivo com o aumento da produção de petróleo e minério (extrativa) e por causa do regime hídrico favorável (SIUP). No primeiro caso, há expectativa de aumento de produção da Petrobras e de outras operadoras, assim como de minério da Vale. Nos serviços industriais de utilidade pública, em que a eletricidade é o principal segmento, a retomada da transformação e da atividade tende a puxar o setor, afirma Ricardo Nishida, economista da LCA Consultores.

(Fonte: Valor Econômico – 29/01/2018)

Mais de 20 mil vagas foram fechadas no ano passado

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de 2017 apontou o fechamento de 20.832 postos de trabalho no ano passado, uma redução de 0,05% em relação ao estoque de 2016.

“Para os padrões do Caged, esta redução em 2017 é equivalente à estabilidade do nível de emprego, confirmando os bons números do mercado na maioria dos meses do ano passado e apontando para um cenário otimista neste ano que está começando”, afirmou o ministro do Trabalho substituto, Helton Yomura, em nota divulgada na última sexta-feira (26).

Em 2016, houve um saldo negativo de 1.326.558 vagas, e em 2015, de 1.534.989 postos. “Aqueles foram os piores resultados da série histórica do Caged, mas em 2017 o impacto positivo das medidas do governo já foi sentido, revertendo a tendência de retração do mercado de trabalho formal”, disse Yomura.

De acordo com o Caged, historicamente o mês de dezembro apresenta fechamento de vagas. No ano passado, foram eliminadas 328.539 postos de trabalho, uma queda de 0,85% em relação ao estoque do mês anterior.

Por setor, a geração de empregos formais foi liderada pelo Comércio em 2017, com saldo positivo de 40.087 postos de trabalho formais. Resultado bem superior aos de 2016, quando foram registradas perdas de 197.495 vagas.

Também houve saldo positivo na Agropecuária, que abriu 37.004 postos em 2017, revertendo a queda de 2016 (-14.193 vagas); e em Serviços, com 36.945 novos postos (contra -392.574).

Já a Construção Civil e a Indústria de Transformação tiveram as maiores reduções em 2017 (-103.968 e -19.900 postos, respectivamente).

(Fonte: DCI – 29/01/2018)

INFORME

Como será o trabalho do futuro?

Meu sono não é sereno quando penso na precária situação do País neste campo

José Pastore*, O Estado de S.Paulo

O impacto das novas tecnologias sobre o emprego e a renda é um dos temas centrais das discussões do Fórum Econômico Mundial de Davos neste ano. A preocupação é geral. Multiplicam-se os estudos que antecipam uma grande destruição de empregos e de renda em decorrência da automação e da inteligência artificial na execução não apenas de tarefas repetitivas, mas também das intelectuais e até emocionais.

A velocidade das inovações nos dias atuais é estratosférica. A cada dia novas tecnologias dispensam milhares de seres humanos e reduzem a renda de outros tantos. O que fazer?

Ninguém sabe. Mas há muitas opiniões. Uma delas prega simplesmente não fazer nada porque, a exemplo do que ocorreu na primeira revolução industrial, os empregos a serem criados superarão os destruídos.

No extremo oposto estão os que enfatizam as peculiaridades das tecnologias modernas que, ao contrário das antigas, são quase autônomas ao provocarem utilizações não antecipadas com desdobramentos inesperados que destroem empregos.

No meio desses extremos estão os que advogam calma, argumentando que a destruição de empregos decorrente das novas tecnologias será contida pelas leis trabalhistas e ambientais.

Ao lado deles estão os que propõem tributar os robôs e a inteligência artificial como forma de conter a sua exagerada adoção. E vêm as críticas: isso significa inibir a criatividade humana – absurdo.

As sugestões mais comuns incidem nos campos da educação. Argumenta-se que, com um ensino de boa qualidade, os trabalhadores poderão acompanhar e se ajustar às transformações do trabalho.

Nesse mesmo campo, porém, há os que alertam para uma triste realidade: as escolas convencionais não conseguem ajustar os currículos e reciclar os professores na velocidade das mudanças tecnológicas – é uma corrida desigual.

INFORME

Diante de tanto desânimo, vêm os que capitulam para dizer que, inexoravelmente, o mundo do futuro terá poucos empregos.

Mas as novas tecnologias proporcionarão ganhos espetaculares de produtividade, reduzindo drasticamente o preço dos bens e serviços, o que permitirá viver com poucos recursos a serem oferecidos pelo Estado na forma de renda mínima. Imediatamente protestam os cétricos: qual é o país que aguenta tamanha despesa?

Enfim, estamos diante de muitas incertezas que, confesso, me tiram o sono. Excelentes pesquisas foram recentemente apresentadas por Kevin LaGrandeur e James J. Hughes: *Surviving the machine age and the transformation of human work*, Ed. Palgrave-Macmillan, Cham (Suíça), 2017.

Mas nenhuma delas oferece uma solução segura para o desemprego tecnológico e a redução de renda acima apontados.

Para conter minha ansiedade, raciocino da seguinte maneira: a acomodação das pessoas no novo mundo do trabalho exigirá melhor articulação das escolas com as empresas (para os que trabalharem como empregados) e simplificação dos cursos e treinamentos oferecidos pela internet (para os que trabalharem como autônomos e mesmo como empregados).

No primeiro caso, tenho em mente os sistemas de educação e treinamento continuados adotados por escolas e empresas de vários países avançados (Japão, Alemanha, Escandinávia, etc.).

Com isso os empregados acompanham e se ajustam às novas tecnologias.

No segundo caso, a simplificação das tecnologias e a expansão de cursos a distância ajudarão os trabalhadores a acompanhar a evolução meteórica das inovações.

Mesmo assim, repito, meu sono não é sereno, especialmente quando penso na precária situação do Brasil neste campo.

****PROFESSOR DA USP, É PRESIDENTE DO CONSELHO DE EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO DA FECOMERCIO-SP E MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS***

(Fonte: Estado de SP – 29/01/2018)

INFORME

FOLHA DE S.PAULO

Acordos para terminar ações trabalhistas têm pico

Os empregadores pagaram R\$ 1,6 bilhão a ex-funcionários com quem fizeram acordos para encerrar litígios na Justiça do Trabalho de São Paulo em 2017, aponta o TRT-2 (tribunal da região).

A soma das quantias é 81% maior que a de 2016, e isso aconteceu porque os valores médios cresceram: o número de acertos foi parecido com o daquele ano.

O tribunal promoveu mutirões de conciliação de casos antigos, o que fez o total subir, afirma Caroline Marchi, do Machado Meyer. "Grandes empresas, como montadoras e bancos, participaram desses mutirões."

Processos antigos poderão representar um desencaixe maior se não forem resolvidos logo, diz Antônio Carlos Frugis, do Demarest. "Os empregadores tiveram interesse em fechar acordos relativos a casos parados porque há uma discussão na Justiça sobre qual deve ser o indicador de correção."

O total pago em acertos em 2017 deve ser o mais alto da história, diz Wilson Fernandes, presidente do TRT-2.

O número de acordos não deverá se alterar muito, mas os pedidos de indenização serão mais enxutos, afirma. "A nova lei desestimula pleitos que o empregado considere difíceis de comprovar. Isso porque ele precisa pagar honorários de sucumbência relativos aos pontos do litígio que ele não ganhar."

A Justiça já observou essa queda dos valores de indenizações requeridos nas ações, que terá como consequência acordos de somas mais modestas, segundo Fernandes.

Apesar de a quantidade de processos ter caído desde a entrada em vigor da reforma da CLT, ela voltará a subir assim que os advogados entenderem como a Justiça interpretará as regras, afirma.

(Fonte: Folha de SP – 29/01/2018)